

POLICLINICA MILITAR DE PORTO ALEGRE/RS

Termo de Referência 53/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
53/2026	160400-POLICLINICA MILITAR DE PORTO ALEGRE/RS	LEONARDO KRUGER FLORES	11/06/2026 11:17 (v 0.26)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		64658.005647/2026-23

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais e equipamentos permanentes diversos de saúde e de apoio administrativo, em proveito da Policlínica Militar de Porto Alegre, por meio da realização de Pregão Eletrônico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

TEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Equipamento de Mamografia nativo digital com sistema de braço giratório totalmente motorizado consistindo de tubo de RX, gerador, dispositivo de compressão, ampliação, focalização, detector digital, estação de aquisição completa. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: - Bucky • Grade anti-difusora com proporção mínima de 5:1. - Detector digital: • Detector de tela plana de com dimensões 24 x 29 cm (+ ou – 2cm); • Tamanho do pixel: igual ou inferior a 100						

<p>µm;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Profundidade dinâmica da imagem de pelo menos 14 bits; • Deverá possuir controle de dose automatizado, de forma a minimizar a dose de acordo com cada paciente sem prejuízo à qualidade da imagem; • Range mínimo de temperatura ideal de trabalho de 20°C ou menor a 30°C ou maior (temperatura ambiente, da sala de operação do equipamento); • Range mínimo de umidade ideal de trabalho de 30% ou menor a 70% ou maior (umidade ambiente, da sala de operação do equipamento); • Tecnologia de Selênio Amorfo, de captura direta ou Silício Amorfo com cintilador de Iodeto de Césio; – Compressão Motorizada • Dispositivo de compressão e descompressão da mama motorizado com opção de Modo automático e Modo selecionável pelo operador; • Controle por meio de pedais duplicados e/ou botões - Estas possibilitam o controle de compressão /descompressão automática e motorizada; • Com controle eletrônico, que limite a força aplicada, impedindo a compressão da mama além do necessário; • Compressão motorizada, com força pré-selecionável, com indicação de força da compressão e da 							
---	--	--	--	--	--	--	--

<p>espessura da mama comprimida;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de acionamento /desacionamento da compressão por meio manual; • Compatibilidade com placa de compressão; • Descompressão automática ao final da exposição; • Força de compressão ajustável pelo usuário; • Modo que permita a compressão automatizada inteligente de acordo com as características da mama de cada paciente; <p>– Estação de Trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CPU com no mínimo 16 GB de memória RAM; • HD de no mínimo 1 TB no total; • Mídia para gravação de CD/DVD em formato DICOM; • Teclado e mouse; • Monitor de LCD ou LED de no mínimo 19”, com resolução adequada para visualização das imagens adquiridas e com, no mínimo, 1 Mega Pixel; • Estação de aquisição com lupa, zoom, arrasto de imagem, medida de distância, rotação de imagens e anotações, ajuste automático e manual de brilho e contraste; <p>– Gantry:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Posicionamento de angulação e movimentação vertical motorizada; • Possibilidade de ajuste da altura mínima do Gantry de 710 mm ou menor a 1420 mm ou maior em relação ao solo; <p>– Tubo do Raio-X:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ânodo com capacidade de 							
---	--	--	--	--	--	--	--

<p>Armazenamento de Calor mínima de 300 kWh ou maior;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de Dissipação de calor por minuto de pelo menos 40kHU/minuto ou maior; • Anodo giratório de Molibdênio ou Tungstênio; • O equipamento deve possuir modo de alta rotação de pelo menos 8.500 RPM; • Foco(s) foco fino igual ou inferior a 0,15 mm; • Foco grosso de 0,3 mm; <p>– Gerador de Raio-X:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo Alta frequência, microprocessado; • Potência máxima de pelo menos 5,0 kW; • Faixa de mAs de no mínimo 500; • Faixa de tensão mínima de 23 ou menor a 35 kV ou maior; • Deve possuir incrementos de no máximo 1 kV; <p>– Colimador:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seleção do campo de visão (FOV): automática e manual; • Distância entre a coluna principal e o início da FOV (SID): 411mm ou maior; • Controle Automático de Exposição (AEC); • Ajuste automático de acordo com a placa de compressão utilizada; <p>– Ferramenta de análise:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dimensões da área de interesse, inversão preto / branco, reproprocessamento, corte automático (de acordo com o tipo de bandeja selecionado), indicação nas imagens de impressão e arquivamento remoto, possibilidade de visualização de imagem crua, posicionamento automático das 							
--	--	--	--	--	--	--	--

1	<p>imagens, funções sincronizadas para multiformato de zoom, brilho e contraste;</p> <p>– Deve possuir conectividade padrão Dicom 3.0; exportar imagens e vídeos em formato DICOM com visualizador automático (sistema operacional Windows) ou Conversão das imagens DICOM para todos os formatos PC;</p> <p>– Deve possuir capacidade de exportar imagens e vídeos em formato compatível com o sistema operacional Windows (BMP ou PNG ou JPEG ou MPEG4 ou AVI);</p> <p>– Possibilitar UPGRADE futuro para ESTEREOTAXIA.</p> <p>– Registro Vigente junto a Anvisa/Ministério da Saúde;</p> <p>- Sistema de Alimentação Elétrica:</p> <p>– Sistema indicador de equipamento ligado em rede elétrica;</p> <p>- Software de operação desenvolvido com ferramentas para protocolos de exames, dados demográficos do paciente, dados de aquisição imagem, com controle dos modos de exposição, ferramenta de controle de q u a l i d a d e arquivamento e impressão.</p> <p>- Serviços DICOM: Worklist; Print; Storage; Storage Commitment;</p> <p>- Query/Retrieve;SR—StructuredReport;</p> <p>- MPPS Modality Performed Procedure Step;</p>	429714	Unidade	1	1	R\$ 1.360.333,33	R\$ 1.360.333,33
---	---	--------	---------	---	---	---------------------	---------------------

<p>ACESSÓRIOS A S E R E M ACOMPANHADOS JUNTO AO EQUIPAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quadro de força (incluindo instalação); • Bandeja e dispositivo de magnificação geométrica (plataforma e bandeja) com fator mínimo de 1,5x ou 1,8x. • Bandejas de compressão, admitindo-se variações compatíveis com o projeto do fabricante, desde que atendam integralmente à mesma finalidade clínica, anatômica e operacional do exame mamográfico: <ul style="list-style-type: none"> - aproximadamente 24 x 30 cm (convencional); - aproximadamente 18 x 24 cm (convencional); - bandeja de compressão localizada; <p>Serão aceitas dimensões diversas das indicadas, desde que tecnicamente comprovada sua equivalência quanto à cobertura anatômica, aplicação clínica e compatibilidade com o sistema de magnificação do equipamento ofertado;</p> <ul style="list-style-type: none"> • O equipamento deverá ser fornecido com todos os acessórios, ferramentas, phantoms e/ou dispositivos necessários à execução das rotinas de controle de qualidade, testes de constância, verificações operacionais, calibração e manutenção previstas pelo fabricante e pela legislação sanitária aplicável, incluindo phantom para avaliação da qualidade da 							
--	--	--	--	--	--	--	--

<p>imagem tipo ACR para mamografia digital ou equivalente tecnicamente reconhecido.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Devem acompanhar o(s) equipamento(s) todos os acessórios (cabos, conexões e outros componentes), indispensáveis ao funcionamento solicitado. <p>EXIGÊNCIAS TÉCNICAS OU NORMATIVAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A assistência técnica deverá ser prestada de forma integral pela Contratada ou por intermédio de representantes devidamente credenciados (comprovação por meio de declaração registrada em cartório), com fornecimento de peças e acessórios, serviços gerais e mão-de-obra especializada; - Oferecer treinamento operacional presencial para equipes e aplicação do uso do aparelho para os técnicos de radiologia da instituição por no mínimo 02 (dois) dias. - Apresentar pelo menos 03 (três) referências com razão social, nomes e telefones de contato de clientes que possuam o mesmo modelo ofertado. - Garantia, inclusive do tubo de Raios-X, não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir do recebimento definitivo (da instalação do equipamento), contra defeitos de fabricação. 							
---	--	--	--	--	--	--	--

<p>- Deverá estar incluso: A entrega, instalação, testes de funcionamento, inclusive o teste de aceitação e um técnico qualificado para ministrar treinamento presencial para os funcionários responsáveis pela operação do equipamento.</p> <p>- Incluso Nobreak.</p> <p>- Incluso ligação com demais acessórios necessários para o completo funcionamento do equipamento na rotina de trabalho do setor e de suas especificações supracitadas, incluindo a conexão com o sistema Agfa de cadastramento de exames pelos dados do paciente e no sistema Agfa de visualização de imagens atualmente utilizados no setor com o sistema de Telerradiologia. A instalação e o treinamento operacional será por conta da contratada.</p>						
---	--	--	--	--	--	--

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, quando cabível.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, incluindo a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.*

2.3. O objeto de contratação está alinhado com o Plano Diretor de logística Sustentável da Policlínica Militar de Porto Alegre.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

4.1.1. A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambientalmente adequadas ao que o objeto contratual o exigir, incluída, quando for o caso, a obrigação de estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante recolhimento dos produtos após o uso pela Administração ou resíduos decorrentes da execução contratual, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, dando destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, com o encaminhamento do rejeito para disposição final também ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente.

4.1.2. Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

4.1.3. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.

4.1.4. Não serão aceitos produtos que tenham sido violados da embalagem/lacre de fábrica ou já utilizados, mesmo após quaisquer processos de recondicionamento, e ainda os que se apresentarem fora de suas embalagens originais do fabricante.

4.1.5. Os bens não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substance), tais como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenilpolibromados, éteres difenil-polibromados.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. *Na presente contratação não será admitida a indicação de marca(s), ou modelo(s).* Marcas ou modelos poderão ser apresentados apenas como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto.

4.3. Desinstalação e Destinação Final do Equipamento Substituído

4.3.1. Deverá ser dada especial atenção à remoção e destinação final do equipamento de radiodiagnóstico atualmente instalado, que será substituído no âmbito da presente contratação.

4.3.1.1. O equipamento a ser removido consiste em:

- Mamógrafo marca GE Healthcare, modelo Alpha ST, ano de fabricação 2011, número de série XR32257, atualmente fora de operação;

4.3.1.2. A baixa patrimonial e comunicação a Vigilância Sanitária não ficará ao encargo do licitante;

4.3.1.3. Esclarece-se que aparelhos de Raios-X não contêm material radioativo, não se aplicando, portanto, a regulamentação da CNEN relativa à gerência de rejeitos radioativos, visto que a radiação é gerada apenas quando o equipamento está energizado.

4.3.1.4. A desinstalação do equipamento antigo deverá ocorrer previamente à instalação do novo mamógrafo, uma vez que ambos ocuparão a mesma sala.

4.3.1.5. O recolhimento do equipamento deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias após sua desinstalação.

4.3.2. Obrigações da Empresa Contratada

4.3.2.1. A empresa vencedora do certame será integralmente responsável pela desmontagem, desinstalação, recolhimento, transporte, descarte e destinação final ambientalmente adequada do equipamento e de suas partes, devendo observar integralmente a legislação sanitária e ambiental vigente. A contratada responderá integralmente pelo correto cumprimento das exigências ambientais, sanitárias e técnicas relacionadas ao descarte.

4.3.2.2. Deverá, obrigatoriamente:

- Realizar a desmontagem técnica do equipamento;
- Emitir a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente à atividade de engenharia;
- Responsabilizar-se tecnicamente pelo manuseio e acondicionamento dos componentes;
- Realizar o transporte seguro, em conformidade com a legislação aplicável;
- Encaminhar o equipamento e seus componentes a empresa devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes;
- Apresentar certificado de destinação final ambientalmente adequada;
- Providenciar a caracterização formal do equipamento;
- Emitir laudos técnicos pertinentes;

- Fornecer documentação necessária para fins de baixa patrimonial e sanitária;

4.3.2.3. O Contratado deverá prestar Assistência Técnica em Porto Alegre para a garantia e pós garantia. Durante a garantia, uma vez notificado, o Contratado deverá responder ao Contratante, conforme explicitado no item 5.10 e seus subitens deste Termo de referência.

Da exigência de amostra

4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar poderá ser convocado a apresentar catálogo, folheto, folder, manual técnico ou documentação equivalente do equipamento ofertado, contendo informações suficientes para comprovação do atendimento integral às especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência.

4.5. Caso a documentação apresentada não permita a análise completa das características técnicas do equipamento, a Administração poderá solicitar documentação complementar.

4.5.1. A análise da documentação e demais elementos de comprovação será realizada pela equipe técnica designada pela Administração, que emitirá parecer conclusivo acerca da conformidade do equipamento ofertado com as especificações constantes neste Termo de Referência.

4.6. Os documentos (catálogo, folheto ou folder) poderão ser apresentadas através de convocação do Pregoeiro para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas. A análise será realizada na Policlínica Militar de Porto Alegre. Ao final da análise será emitido um Laudo Técnico com o parecer favorável ou desfavorável em relação ao material em questão. O folder deve permitir a análise completa do objeto.

4.7. *É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.*

4.8 *No caso de não haver entrega dos documentos (catálogo, folheto ou folder) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega dos documentos (catálogo, folheto ou folder) fora das especificações previstas, a proposta será recusada.*

4.9. *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*

4.10. Se o(s) documento(s) apresentado(s) (catálogo, folheto ou folder) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) (catálogo, folheto ou folder) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.11. *Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.*

Subcontratação

4.12. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Requisitos específicos para a presente contratação

4.14. Além dos requisitos legais previstos para o atendimento da necessidade, incluindo os padrões mínimos de qualidade e condições indispensáveis, contudo evitando a restrição da competição de forma indevida, deverão ser incluídos os seguintes requisitos específicos para a presente contratação:

4.14.1 Como condição de aceitação das propostas devem ser incluídos os seguintes requisitos:

4.14.1.1 QUANTO À NECESSIDADE DE TRANSPORTE – a licitante vencedora deverá fornecer, sem qualquer custo adicional, todo o processo de TRANSPORTE DOS EQUIPAMENTOS até o local (sala) específico a ser indicado pela PMPA;

4.14.1.2 QUANTO À NECESSIDADE DE MONTAGEM – a licitante vencedora deverá fornecer, sem qualquer custo adicional, todo o processo de MONTAGEM COMPLETA DOS EQUIPAMENTOS (de acordo com o manual técnico e normas do fabricante), incluindo todos os materiais, ligações, acessórios necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos no seu devido local.

4.14.1.3 QUANTO À NECESSIDADE DE INSTALAÇÃO – a licitante vencedora deverá fornecer, sem qualquer custo adicional, todo o processo de INSTALAÇÃO COMPLETA DOS EQUIPAMENTOS (de acordo com o manual técnico e normas do fabricante), incluindo todos os materiais, ligações, acessórios necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos. Deverá, ainda, caso necessário, realizar todos tipos de serviços indispensáveis ao pleno funcionamento do equipamento ofertado, próprio ou através de terceiros, necessários para adequação do local de instalação, tais como hidráulico, elétrico, alvenaria, infraestrutura lógica, devendo ser constatado anteriormente na vistoria prévia. A empresa também deverá fornecer o quadro de força (quadro elétrico de proteção) compatível para instalação do equipamento bem como realizar o serviço próprio ou através de terceiros de cabeamento elétrico e adequação elétrica do local (sala) específico a ser indicado pela PMPA até o QGBT e deste até a subestação de energia necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos. Caso necessário, em razão das características técnicas, dimensionais, estruturais ou operacionais do equipamento ofertado, a contratação contemplará também eventual reforço estrutural da laje da sala de mamografia, adequações de blindagem radiológica, reforços ou ampliações de infraestrutura elétrica, bem como quaisquer outras adaptações indispensáveis à instalação completa, segura e regular do equipamento, em conformidade com as normas técnicas e regulamentares aplicáveis. A empresa também deverá realizar a ligação do novo equipamento instalado com os demais equipamentos periféricos/acessórios existentes no setor. A instalação ocorrerá na mesma sala onde atualmente se encontra o mamógrafo marca GE Healthcare, modelo Alpha ST, ano de fabricação 2011, número de série XR32257, atualmente fora de operação, cujo relatório técnico de levantamento radiométrico na validade encontra-se em anexo, ressaltando-se que, desde a emissão do referido relatório, a sala não sofreu alterações estruturais, reformas ou modificações em seu layout físico.

4.14.1.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é altamente recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 horas às 12 horas.

4.14.1.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.14.1.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.14.1.7. A visita de vistoria deverá ser agendada com ao menos três dias de antecedência, através do e-mail radiologiampma@gmail.com .

4.14.1.8. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.14.1.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.15 QUANTO ÀS RESPONSABILIDADES DA EMPRESA

Desinstalação: deverá disponibilizar uma equipe técnica para realizar a desinstalação dos equipamentos antigos, arcando com todos os custos e se responsabilizando por eventuais danos causados ao equipamento e/ou instalações (hidráulica, elétrica, portas, paredes e etc);

Remoção: deverá transportar o equipamento antigo de forma adequada, que não cause danos a ele e/ou às instalações, sem custos à União;

Instalação: deverá realizar a instalação e o transporte do equipamento até o local de instalação, disponibilizando todos os meios para que isso ocorra, inclusive situações em que o equipamento necessite de andaime para instalação ou que ultrapasse as medidas do elevador, e, eventualmente, tenha de ser conduzido por escadas e/ou içado externamente.

b) Deverá estar incluso a desmontagem, desinstalação e recolhimento do equipamento já existente, que será substituído, e o destino apropriado de suas peças/partes, em consonância com o disposto na RDC 611/22 da ANVISA.

4.16 QUANTO À NECESSIDADE DE TREINAMENTO/APLICAÇÃO – deve ser fornecido, sem qualquer custo adicional, um programa de treinamento de no mínimo 02 (dois) dias manhã e tarde a ser realizado nas instalações da PMPA, para a utilização de todos os equipamentos, em horário e data a serem agendados junto à área técnica requisitante.

4.17 QUANTO AO RECEBIMENTO PROVISÓRIO - o recebimento provisório, além de ocorrer após a instalação do equipamento (que compreende a conferência de suas partes e peças, inclusive em quantidade e qualidade, sua instalação e montagem), **ocorrerá após realização dos testes finais, dos testes de aceitação, após realização de ajustes e calibrações, após realização de todos os ajustes necessários no quadro de força, na rede elétrica, cabeamento, hidráulica no local (na sala de atendimento e na instituição), compatível para a instalação do equipamento, após realização dos demais ajustes que coloquem o equipamento em completo funcionamento, após a ligação e configuração do equipamento instalado com os equipamentos periféricos/acessórios existentes no setor e após término dos treinamentos Operacionais e Técnico.**

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens, que inclui instalação dos equipamentos, treinamentos operacionais e técnicos e testes funcionais, quando contemplados, será efetuada de acordo com os prazos descritos abaixo, a contar do prazo final para devolução da Nota de Empenho (02 dias úteis a contar do recebimento), no endereço constante da Nota de Empenho, *em remessa única*:

Itens	Prazo de entrega
1	150 (cento e cinquenta) dias corridos

5.2. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.3. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: POLICLÍNICA MILITAR DE PORTO ALEGRE: RUA LUIZ AFONSO, 55, CIDADE BAIXA , PORTO ALEGRE - RS. CEP: 90050310. TELEFONE: 51 32265277, em dias úteis no horário entre 8 horas e 12 horas.*

5.4. *O prazo de garantia do objeto desta contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da entrega, salvo se outro mais vantajoso for assegurado pelo fabricante. A contagem do prazo de garantia terá início a contar da finalização e aceite de todo o processo de treinamento e/ou montagem e/ou instalação dos equipamentos.*

5.5. *Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.*

5.6. *A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.*

5.7. *A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.*

5.8 *Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.*

5.9. *As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.*

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por peças originais e autorizadas pelo fabricante, assegurando padrões de qualidade, segurança e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento, com garantia integral.

5.9.1. Como regra geral, deverá ser priorizado o fornecimento de peças novas, de primeiro uso.

5.9.2. Excepcionalmente, nos casos de indisponibilidade comprovada de peças novas, será admitida a utilização de peças eletrônicas reparadas exclusivamente pelo próprio fabricante ou por centro de reparo oficialmente por ele autorizado, desde que:

- sejam utilizados componentes originais e autorizados;
- sejam realizados testes funcionais e de segurança equivalentes aos aplicados em peças novas;
- seja assegurada garantia integral, nos mesmos prazos e condições das peças novas;
- não haja qualquer prejuízo à segurança, ao desempenho clínico ou à conformidade regulatória do equipamento.

5.9.3. A utilização de peças reparadas não exime a contratada do cumprimento integral das obrigações de garantia e manutenção previstas neste Termo de Referência.

5.10. O Contratado deverá prestar Assistência Técnica em Porto Alegre para a garantia e pós garantia e, durante a garantia, uma vez notificado, o Contratado deverá responder ao Contratante em até 48 (quarenta e oito) horas.

5.10.1 O atendimento técnico remoto do Contratado deverá ser iniciado em até 72 (setenta e duas) horas úteis após a notificação;

5.10.2. Quando necessário, o atendimento técnico presencial deverá ocorrer em até 72 (setenta e duas) horas úteis;

5.10.3. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do atendimento presencial ou remoto.

5.10.4. O prazo para reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito poderá ser de até 30 (trinta) dias nos casos em que haja necessidade de importação de peças, devidamente justificada pela contratada, contados a partir do atendimento presencial ou remoto.

5.11. *O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.*

5.12. *Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.*

5.13. *Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.*

5.14. *O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.*

5.15. *A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.*

5.16. Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação.

5.17. O período de garantia consiste na reparação, sem quaisquer ônus adicional para a Administração Pública, de eventuais desajustes, defeitos no funcionamento proveniente de fábrica, com as necessárias substituições de peças e componentes defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas;

5.18. A empresa vencedora do processo licitatório deverá fornecer, sem quaisquer ônus para a Administração, manual de operação do objeto em português, contendo todas as instruções necessárias e suficientes para orientar o usuário na operacionalidade e manutenção corretas, quando for o caso.

5.19. A empresa deverá fornecer certificados de garantia, em português, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa, ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

5.20. A prestação dos serviços deverá ser realizado dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

5.21. O prazo de garantia de funcionamento e de suporte técnico para o serviço contratado, será contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, ou seja, após a devida execução.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0.1 % (zero um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do item, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 25% (vinte cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com comprovação da entrega, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. Para o item, que necessita de instalação, o recebimento provisório ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a instalação do equipamento por parte da empresa, que compreende a conferência de suas partes e peças, inclusive em quantidade e qualidade, sua instalação e montagem, que inclui todos os materiais, ligações, acessórios necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, todos tipos de serviços indispensáveis ao pleno funcionamento do equipamento ofertado, próprio ou através de terceiros, necessários para adequação do local de instalação, tais como hidráulico, elétrico, alvenaria, infraestrutura lógica, devendo ser constatado anteriormente na vistoria prévia, fornecimento do quadro de força (quadro elétrico de proteção) compatível para instalação do equipamento, bem como realizar o serviço próprio ou através de terceiros de cabeamento elétrico e adequação

elétrica do local (sala) específico a ser indicado pela PMPA até o QGBT e deste até a subestação de energia necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos, e, caso necessário, em razão das características técnicas, dimensionais, estruturais ou operacionais do equipamento ofertado, contempla também eventual reforço estrutural da laje da sala de mamografia, adequações de blindagem radiológica, reforços ou ampliações de infraestrutura elétrica, bem como quaisquer outras adaptações indispensáveis à instalação completa, segura e regular do equipamento, em conformidade com as normas técnicas e regulamentares aplicáveis, e a realização da ligação do novo equipamento instalado com os demais equipamentos periféricos/acessórios existentes no setor e ocorrerá após realização dos testes finais, dos testes de aceitação, após realização de ajustes e calibrações, após realização de todos os ajustes necessários no quadro de força, na rede elétrica, cabeamento, hidráulica no local (na sala indicada e na instituição), compatível para a instalação do equipamento, após realização dos demais ajustes na sala indicada e na instituição, que coloquem o equipamento em perfeito, completo e pleno funcionamento, após a ligação e configuração do equipamento instalado com os equipamentos periféricos/acessórios existentes no setor e após término dos treinamentos Operacionais e Técnico.

8.4. Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga a substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado. Será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

8.5. Só será reconhecida a entrega como realizada se os qualitativos e quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum bem constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do fechamento do empenho com a entrega de todos os itens conforme solicitado. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.6. Em todo caso de devolução ou extravio do bem, a empresa contratada será responsável pelos custos com fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem.

8.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias contados a partir do recebimento provisório, com consequente aceitação mediante termo circunstanciado, com conferência das especificações exigidas no edital e no verso das notas fiscais ou notas de simples remessa será colocado carimbo com dizeres DECLARO QUE O MATERIAL FOI ACEITO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, datado e assinado pelo setor solicitante e pela Comissão de Recebimento de Material Permanente.

8.8. No momento do recebimento, será exigido o atendimento às normas técnicas e aos requisitos de certificação do INMETRO como condição para recebimento para os itens compulsórios de selo do INMETRO.

8.9. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.11. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.13. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.16.1. o prazo de validade;

8.16.2. a data da emissão;

8.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.16.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.16.5. o valor a pagar; e

8.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.17. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.18. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.19.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.19.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.24. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

8.26. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.29. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.30. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.31. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.31.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.31.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.31.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta

vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.31.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.32. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.33. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/12/2025.

8.34. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.35. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.36. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.37. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.38. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.39. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.40. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

9.2. Registro da ANVISA conforme exigência contida na RDC/MS 185/2001, que trata do registro, alteração, revalidação e cancelamento do registro de produtos médicos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Os itens incluídos nesta exigência são os conceituados, segundo essa RDC, como produto para a saúde, tal como equipamento, aparelho, material, artigo ou sistema de uso ou aplicação médica, odontológica ou laboratorial, destinado à prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação ou anticoncepção e que não utiliza meio farmacológico, imunológico ou metabólico para realizar sua principal função em seres humanos, podendo entretanto ser auxiliado em suas funções por tais meios.

9.2.1 Para os itens especificados acima, só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013. Caso o produto não possua ANVISA, fica o licitante encarregado de apresentar documento comprobatório, ou justificativa, da não exigência do referido registro.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será integral:

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.4.1. *Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

9.23. Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) expedida pela ANVISA, em plena validade, compatível com as atividades relacionados ao objeto licitado.

9.24. QUANTO À REALIZAÇÃO DE VISTORIA PRÉVIA – A vistoria é altamente recomendável em razão da necessidade de retirada do equipamento existente, instalação do novo equipamento, avaliação prévia das adequações elétricas eventualmente necessárias, verificação das condições físicas, elétricas e hidráulicas de instalação do novo equipamento.

9.24.1. Após a vistoria, o licitante que optou por realizá-la deverá preencher uma Declaração de Vistoria (Anexo III do Edital).

9.24.2. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (Anexo IV do Edital).

9.25. Requisitos de Qualificação Técnica e Requisitos de Habilitação Complementar necessárias para as empresas participantes:

9.26. Registro ou inscrição da empresa no CREA, ou em caso de outro conselho enviar o amparo legal da responsabilidade, em plena validade. Caso não seja exigido pela legislação municipal ou estadual, fica o licitante encarregado de apresentar documento comprobatório, ou justificativa, da não exigência.

9.26.1. Comprovante de Registro do Profissional Técnico responsável da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Farmácia, Odontologia, Medicina, Engenharia, Biomedicina, ou em caso de outro conselho enviar o amparo legal da responsabilidade. A verificação será mediante apresentação de carteira profissional/declaração, conforme disposto no art. 53 da Lei nº 6.360/76 e no art. 5º do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, em plena validade. Caso não seja exigido pela legislação municipal ou estadual, fica o licitante encarregado de apresentar documento comprobatório, ou justificativa, da não exigência.

9.27. Ato de autorização para o exercício da atividade de AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA conferida pelo Ministério da Saúde (ANVISA), referente ao objeto a ser ofertado – Art. 2º do Decreto nº 8.077/2013.

9.27.1. A exigência prevista no item acima é aplicável apenas às empresas licitantes legalmente abrangidas pelo art. 2º da Lei nº 6.360/1976 e que necessitam de “Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA” e somente para os itens da licitação cujo registro na ANVISA é obrigatório. As empresas licitantes dispensadas da “Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA” deverão comprovar tal condição mediante apresentação de documento probatório específico e idôneo a tal comprovação ou mediante declaração formal equivalente, firmada pela própria empresa licitante, e prestada sob compromisso e sob as penas da lei, em especial do disposto no art. 299 do Código Penal Brasileiro. (para todos os participantes).

9.27.2. LICENCIAMENTO DE FUNCIONAMENTO expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Estadual ou Municipal da sede da licitante, válida para o ano em exercício- Art.2º Decreto nº 8.077/2013. Caso a Licença de Funcionamento esteja vencida, a proponente deverá apresentá-la acompanhada do PROTOCOLO DE REVALIDAÇÃO, sendo necessário que este tenha sido requerido até 120 (cento e vinte) dias anteriores ao término da data de vigência da licença de Funcionamento, conforme disposto no art. 22 do Decreto nº 74170/74. A exigência prevista no item acima é aplicável apenas às empresas licitantes legalmente abrangidas pelo art. 2º da Lei nº 6.360/1976 e que necessitam de “Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA” e somente para os itens da licitação cujo registro na ANVISA é obrigatório. As empresas licitantes dispensadas da “Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA” deverão comprovar tal condição mediante apresentação de documento probatório específico e idôneo a tal comprovação UASG 160400 Termo de Referência 243/2025 Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação Atualização: ABR/2025 44 de 50 ou mediante declaração formal equivalente, firmada pela própria empresa licitante, e prestada sob compromisso e sob as penas da lei, em especial do disposto no art. 299 do Código Penal Brasileiro (para todos os participantes).

9.27.3. Capacidade técnica: Apresentar o(s) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a execução satisfatória de fornecimento e instalação de equipamento médico-hospitalar compatível em características, complexidade tecnológica e operacional com o objeto licitado.

9.27.3.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.27.3.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.28.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.28.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Disposições gerais sobre habilitação

9.29. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos

do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.33. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 1.360.333,33 (um milhão, trezentos sessenta mil, trezentos trinta e três reais, com trinta e três centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1.**

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilasas*

Porto Alegre, 08 de junho de 2026.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Não se aplica, visto que será adotado na presente contratação o Termo de Contrato.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Não se aplica, visto que será adotado na presente contratação o Termo de Contrato.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEONARDO KRUGER FLORES

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 11:17:29.